

# O SOLDADO RASO DA COMPANHIA: A TRAJETÓRIA DO JESUÍTA MANUEL ANDRÉS MATO (1933-2012)<sup>1</sup>

*THE SOLDIER-RECRUIT FROM THE COMPANY: THE  
TRAJECTORY OF THE JESUIT MANUEL ANDRÉS  
MATO (1933-2012)*

**Iraneidson Santos Costa<sup>2</sup>**

Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia  
(UFBA)

**Resumo:** Neste artigo, procuramos recuperar a trajetória do padre jesuíta espanhol Manuel Andrés Mato, sobretudo no que concerne a sua ação pastoral e intelectual. Ingresso na Companhia de Jesus em 1949, ele se formou no contexto de profunda renovação vivenciada pela Igreja Católica no período do Concílio Vaticano II (1962-1965) e pela Sociedade de Jesus na Era Pedro Arrupe (1965-1981). Radicado no Brasil de forma permanente a partir de 1968, atuou nos dois mais importantes centros sociais jesuíticos do país, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades), do Rio de Janeiro, e o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), de Salvador, nos quais assessorou movimentos sociais urbanos e rurais e exerceu seu labor intelectual, seja através da docência, seja por meio da produção escrita, destacando-se pela preocupação em tornar a reflexão teórica acessível aos grupos populares.

**Palavras-chave:** Manuel Andrés Mato; Companhia de Jesus; Movimentos Sociais.

**Abstract:** In this article, we seek to recover the trajectory of the spanish jesuit priest Manuel Andrés Mato, especially in what concerns his pastoral and intellectual action. He joined the Society of Jesus in 1949, in the context of the profound renewal experienced by the Catholic Church in the period of the Second Vatican Council (1962-1965) and by the Society of Jesus in the Pedro Arrupe Era (1965-1981). Established permanently in Brazil since 1968, he acted in the two most important jesuit social centers of the country, the Brazilian Institute of Development (Ibrades), in Rio de Janeiro, and the Center for Studies and Social Action (CEAS), in Salvador, in which he advised urban and rural social movements and exercised his intellectual work, either through teaching, either through written production, emphasizing the concern to make theoretical reflection accessible to popular groups.

**Keywords:** Manuel Andrés Mato; Company of Jesus; Social Movements.

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste texto foi apresentada na Mesa-Redonda "Catolicismo e Ditadura Militar", no Seminário Religião e Ditadura Civil-Militar no Brasil, promovido pelo Centro de Pesquisa das Religiões (CPR), na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em Feira de Santana (BA), em 26 de novembro de 2014.

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), pós-doutor pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). E-mail: irancosta@hotmail.com.

## 1. Um homem de fronteira

Manuel Andrés Mato nasceu em Aldeadávila de la Ribera, município espanhol localizado na Província de Salamanca, em 17 de fevereiro de 1933. Trata-se de uma localidade “raiana”, pois que situada em La Raya, no limite entre os territórios da Espanha e de Portugal, uma das mais antigas fronteiras da Europa, estabelecida desde o tempo do Reino de Leão, de um lado, e do Condado Portucalense, de outro. Neste pequeno povoado medieval, cuja população atual mal ultrapassa os mil habitantes, seus pais, o professor primário Juan Andrés Sánchez e a dona de casa Romana Mato, tiveram seis filhos: María, Manuel, Ignacia, José, Jesús e María del Sol.

Viveu sua infância em Aldeadávila numa típica família católica. Dois tios-avós seguiram a vida religiosa, um como frade dominicano e prior do convento de Roseville, na Califórnia (Estados Unidos), outro como sacerdote na Espanha. Além destes, dois tios se ordenaram padre, um dos quais foi jesuíta em Salamanca. Assim, não é motivo de surpresa que metade dos filhos de Juan e Romana tenha se direcionado para a mesma vocação: Ignacia entrou para a Congregação das Irmãs Dominicanas de la Anunciata e desempenhou várias funções nas casas do instituto na Província de Astúrias (priora em Pesoz, professora em Gijón e Navia); José se ordenou padre e exerceu seu sacerdócio na Espanha, na Argentina e no Paraguai; Manuel se fez jesuíta (cf. Almeida, 2013; Pereña, 2015)<sup>3</sup>.

Aos 16 anos, após terminar a escola primária em Aldeadávila, Manuel Andrés ingressou no Noviciado San Estanislao Kostka da Companhia de Jesus, em Salamanca, onde permaneceu de 1949 a 1953, fazendo o Noviciado e o Juniorado<sup>4</sup>. Neste período, o Noviciado, então pertencente à Província de León, abrigava nada menos que 236 jesuítas, entre sacerdotes (48), irmãos coadjutores (57) e escolásticos (131), tendo como Reitores os padres José María Riazza (1949-1950) e José Carrera Menéndez (1950-1953). Na medida em que, até 1952, a Vice-Província das Antilhas

---

<sup>3</sup> Para maiores informações sobre seus irmãos religiosos, ver os boletins *Anunciata* (Madri, ano 41, n. 418, nov. 2005; ano 49, n. 505, dez. 2013; ano 50, n. 515, nov. 2014) e *Comunidad* (Salamanca, n. 587, 6 mai. 2012). Aproveito para agradecer a inestimável ajuda de Juan Carlos Hernández Pereña, que me pôs em contato com a família de Manuel Andrés, bem como ao padre José Luís Martín, responsável pela biblioteca do Noviciado de Salamanca.

<sup>4</sup> O Noviciado é dedicado ao estudo do carisma, da história da vida religiosa e dos objetivos da congregação, após o que o noviço está apto a fazer os votos de pobreza, castidade e obediência perpétuos na Companhia de Jesus. O Juniorado, por sua vez, é consagrado ao estudo de Humanidades e à vida comunitária e de oração. Ambas as etapas duram em média dois anos cada.

foi dependente de León, Manuel Andrés teve oportunidade de conviver com muitos jesuítas cubanos e dominicanos, a exemplo do futuro bispo auxiliar de São Cristóvão de Havana (1970-1998), Fernando Azcárate, então cumprindo a Terceira Provação<sup>5</sup>.

Em 1954, ele continuou seus estudos de Filosofia no Colégio Máximo do Sagrado Coração, em Comillas (Santander), por casualidade sob o reitorado do mesmo padre José Carrera Menéndez, que havia sido transferido para a região cantábrica. Também aí teve a companhia de jesuítas cubanos, como o futuro bispo auxiliar de Santo Domingo (1988-2002), Francisco José Arnáiz, que cursava o Teologado, além de Fernando de Arango, José Llorente, Gregório Lanz e Francisco Dorta-Duque, os quais se encontravam em distintos estágios da formação e que retornariam logo depois à ilha para atuar no apostolado social. Outro seu contemporâneo foi o italiano Bartolomé Sorge, igualmente no Teologado, e que se tornaria um renomado especialista em Doutrina Social da Igreja e dirigiria por doze anos o prestigioso periódico *La Civiltà Cattolica*, uma das mais antigas revistas católicas do mundo.

Concluída a Filosofia em 1957, Manuel Andrés realizou o Magistério em Gijón, nas Astúrias. Nesta etapa, o jesuíta deve exercer um serviço pastoral em alguma das obras da Ordem, integrando-se de maneira mais intensa no seu corpo apostólico. No seu caso, o lugar escolhido foi a Universidad Laboral José António Girón, uma instituição de grande porte capaz de abrigar 3.000 alunos e destinada à formação profissional da juventude operária. Criada pelo Ministério do Trabalho e administrada pela Companhia de Jesus, a Universidad Laboral incluía escola primária, formação profissional e bacharelado nos vários ramos do trabalho<sup>6</sup>. Nos três anos que aí passou (1957-1959), ele assessorou as Congregações Marianas e deu aula de religião e matemática para os aprendizes, num verdadeiro tirocínio do mundo operário que, indiscutivelmente, marcaria sua atuação nas décadas seguintes.

Em 1959, o ainda Escolástico Manuel Andrés foi destinado à Vice-Província Goiano-Mineira, uma circunscrição recente, criada em 1952, após o desmembramento da Província Brasil-Central (BRC). Tendo em vista que a Província de León, como

---

<sup>5</sup> Os dados da formação de Manuel Andrés Mato na Espanha se encontram em **Catalogus Provinciae Legionensis Societatis Iesu**, Comillas, 1950-1960. Biblioteca San Estanislao Kostka del Noviciado de la Compañía de Jesús, Salamanca, Espanha.

<sup>6</sup> Sobre a Universidad Laboral José António Girón, cf. **Anuário da Companhia de Jesus 1960**, Roma, Cúria, 1960, p. 134.

vimos, havia acabado de se desincompatibilizar das Antilhas, a nova Província brasileira ficou sob o seu encargo, não apenas no que diz respeito ao amparo material como também ao provimento de missionários. Não sabemos ao certo as motivações do seu envio, mas o fato é que ele chegou ao Brasil em 20 de dezembro de 1959, iniciando em seguida os estudos de Teologia na Faculdade Cristo Rei, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Suas virtudes intelectuais logo começaram a ser notadas. Nas palavras de um companheiro de Ordem,

dotado de uma rara inteligência, desde cedo foi solicitado a lecionar. Quando ainda cursava Teologia em São Leopoldo foi convidado a dar aulas em uma das Faculdades que constituíram o núcleo da futura Unisinos [Universidade do Vale do Rio dos Sinos] (ALMEIDA, 2013, p. 4)

Coincidentemente, os dois irmãos Andrés Mato se ordenaram no mesmo ano (1962) e tiveram como destino o mesmo continente (América do Sul). A diferença é que Manuel chegou um pouco antes, enquanto José cumpriu o primeiro ano do sacerdócio em Macotera, em Salamanca, após o que seguiu para a Diocese de Avellaneda, ao sul da Grande Buenos Aires, a princípio como pároco coadjutor, depois como professor de religião. Na Argentina, padre José Andrés passaria boa parte da vida, sobretudo na Diocese de Quilmes, situada a poucos quilômetros ao sul da capital portenha, onde exerceu vários cargos (pároco da catedral, vigário da Ação Social, Vigário Geral). Entre idas e vindas à Espanha, ele ainda haveria de acompanhar a missão da Congregação das Servas de María de Anglet ao Cone Sul (Argentina e Paraguai) e assessorar a Pastoral da Diocese de Misiones, no norte argentino, até se aposentar recentemente como pároco de San Martín, San Julián e Santa Basilisa, em sua terra natal<sup>7</sup>.

A formação de padre Andrés, como passou a ser conhecido, não estava completa, porém. Uma vez ordenado, ele retornou à Europa, onde viveria os próximos seis anos, amadurecendo suas concepções teóricas, definindo sua orientação ideológica, enfim, participando intensamente da profunda renovação teológica e pastoral vivenciada naquela conjuntura não apenas pela Igreja Católica mundial, por conta do Concílio Vaticano II (1962-1965), como também, e sobremaneira, pela própria Sociedade de Jesus, em virtude da eleição, em 1965, do

---

<sup>7</sup> Cf. **Comunidad**, Salamanca, n. 587, p. 11. 6 mai. 2012.

Geral basco Pedro Arrupe, responsável por consolidar o binômio “serviço da fé” e “promoção da justiça” como o eixo da missão apostólica jesuítica.

Neste período crucial de sua trajetória, padre Andrés se aproximou de alguns dos mais ativos centros sociais europeus, a exemplo de Fomento Social, de Madri, e Action Populaire, de Paris, bem como se aprofundou no pensamento social formulado pela Companhia de Jesus desde a década de 1930, em especial a reflexão sobre o marxismo, através da leitura dos principais teóricos jesuítas de então, como o francês Henri Chambre, o alemão Oswald von Nell-Breuning e o austríaco Gustav Andreas Wetter (cf. COSTA, 2010). De acordo com o seu depoimento, “o meu contato com Breuning vinha de encontro rápido em torno a Fomento Social”<sup>8</sup>.

Não à toa, ao iniciar o doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG), de Roma, padre Andrés teve por orientador ninguém menos que o citado jesuíta austríaco. Nesta época, Gustav Wetter já era uma reputada autoridade em filosofia soviética. Nos anos 1930, havia estudado no Pontifício Colégio Russo, instituição criada com a finalidade de formar os padres destinados à Rússia (quando fosse possível adentrar o país, evidentemente, o que nunca aconteceu...), do qual se tornaria reitor entre 1947 e 1954; também havia fundado em 1947 e dirigido por muito tempo o Centro de Estudos Marxistas da PUG, além de ser, desde 1957, professor catedrático de História da Filosofia Russa no Pontifício Instituto Oriental, igualmente administrado pelos jesuítas da Cúria romana. E foi justamente uma obra sua que inaugurou a era de ouro da “marxologia jesuítica” (*El materialismo dialectico: su historia y su sistema en la Unión Soviética*, de 1952), um grosso volume de mais de 600 páginas baseado em documentação exaustiva e que submetia o marxismo soviético a uma crítica rigorosa. Senão, vejamos:

Uma exposição breve da terminologia hegeliana do materialismo dialético suscita no leitor a impressão de que, por trás desta formulação, se oculta algo “profundo”. Que esta impressão é falsa se torna evidente, em primeiro lugar, na exposição detalhada das posições e argumentos do materialismo dialético soviético (...), [a qual] poderia aduzir um número suficiente de provas para justificar seu propósito de que, na filosofia soviética de hoje, já não resta nada da dialética real, que se trata bem mais de um evolucionismo naturalista adornado pela terminologia dialética (WETTER, 1963, p. 11)

---

<sup>8</sup> Correspondência com o Autor. Fortaleza, 27 de setembro de 2012.

Na década seguinte, não apenas este como outros estudos de Wetter sobre o materialismo alcançariam certa notoriedade, com diversas edições e traduções para vários idiomas, a exemplo de *Le matérialisme dialectique* (Bruges: Desclée de Brouwer, 1962), *Filosofia e ciências da natureza na União Soviética* (Porto: Livros do Brasil, 1963), *Idéologie soviétique contemporaine* (Paris: Payot, 1965) e *Hombre y mundo en la filosofía comunista* (Buenos Aires: Sur, 1965). Foi, portanto, com um orientador de peso que padre Andrés elaborou e defendeu, em janeiro de 1968, sua tese sobre a concepção de *homem* na obra de Karl Marx (mais especificamente nos *Manuscritos econômico-filosóficos*) e no materialismo dialético soviético de então, isto é, a União Soviética pós-Stalin (cf. ANDRÉS MATO, 1969).

Apesar de redigido em castelhano, o trabalho traz cerca de 90% de sua bibliografia em russo, com autores que vão de Antonov a Tugarinov, o que comprova que padre Andrés utilizou a temporada romana e a inspiração wetteriana para dominar a língua eslava. Na primeira parte, publicada previamente sob a forma de artigo numa influente revista dos jesuítas espanhóis (cf. ANDRÉS MATO, 1968), ele dissecou a obra de juventude de Marx decidido a (1) precisar o *humanismo* que dela se depreende e (2) demonstrar sua conexão com o *socialismo*. De acordo com ele, trata-se de um humanismo que coincide com o *ateísmo socialista* mas não com o *ateísmo filosófico*, justamente porque Marx rejeitara o ateísmo como base do seu humanismo. Entretanto, pondera o jesuíta espanhol, ao definir o homem por sua identidade dialética com a realidade total, "da qual deve distinguir-se afirmando-se", produz tão somente uma crítica negativa, evitando cair num reducionismo materialista ou idealista, sem dotá-la, porém, de uma fundamentação positiva (ANDRÉS MATO, 1969, p. 54).

Na segunda parte da tese, padre Andrés mergulhou nas profundidades do marxismo soviético para concluir que, neste, o *humanismo* de Marx se converte em *humanismos*, já que o materialismo dialético, disposto a expurgar qualquer vestígio de "antropologismo", considera que os *Manuscritos*, encharcados de um humanismo ideal por conta da influência ainda fresca de Hegel, não representam o marxismo genuíno, este, sim, marcado pelo humanismo real. Dedicando as últimas páginas para proceder a uma síntese final do material compulsado, defende que as reflexões do materialismo dialético soviético são inconciliáveis com o pensamento marxista da

década de 1840. E, mais que isso, ao se embasarem na dialética da natureza, terminam por enredar-se numa contradição insolúvel: ou a subjetividade é tida como algo real (formulação idealista) ou se torna mera sombra da matéria (concepção materialista vulgar) (cf. ANDRÉS MATO, 1969, p. 161). Sua tese, contudo, é inconclusiva, como que a sugerir que a superação deste dualismo talvez não fosse possível senão no plano da ação história concreta.

Padre Andrés aproveitou a estadia europeia para fazer a Terceira Provação em Florença (Itália). Ato contínuo, emitiu os Últimos Votos em 15 de agosto de 1967 e retornou ao Brasil<sup>9</sup>. Agora, sim, ele estava pronto para entrar em ação.

## 2. Docência e repressão

Ele não poderia ter escolhido tempo mais denso para atravessar o oceano em sua viagem de regresso. O Brasil havia submergido na fase mais tenebrosa da ditadura civil-militar implantada anos antes, e que viria a descambar na edição do *Ato Institucional nº 5* (AI-5) em dezembro de 1968. Por outro lado, entre agosto e setembro daquele mesmo ano, a Segunda Conferência Episcopal Latino-Americana realizada em Medellín, na Colômbia, reluzia como um sinal de esperança num continente imerso na exploração econômica e na opressão política por parte das classes dominantes. Em verdade, se o Concílio Vaticano II havia consagrado a ideia de *Povo de Deus*, somente no encontro realizado na Colômbia a noção seria alargada para a de *Igreja dos Pobres*, na medida em que “tira do povo de Deus o seu caráter abstrato e puramente teórico. Confere-lhe densidade material concreta” (COMBLIN, 2002, p. 99). Ficou célebre a abertura do capítulo dedicado à pobreza, com seu brado de libertação: “Um surdo clamor brota de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes advém de parte nenhuma” (CELAM, 1969, p. 14,2).

De volta ao Brasil, padre Andrés passou alguns meses em São Paulo, trabalhando nas Edições Loyola, editora pertencente à Companhia de Jesus, quando travou contato com um jesuíta conterrâneo, Gabriel Corral Galache, de quem se

---

<sup>9</sup> Após alguns anos de trabalho apostólico, o jesuíta (padre ou irmão) que passou pelas duas “provações” iniciais – Plano de Candidatos e Noviciado – e cursou os estudos requeridos (para a ordenação sacerdotal ou para a vida como irmão), realiza esta etapa final de sua formação para consolidar a vocação de jesuíta e realizar sua incorporação definitiva à Companhia de Jesus mediante os Últimos Votos. Convém esclarecer que, segundo a fórmula inaciana, não é o jesuíta quem decide esse derradeiro passo, e sim a Companhia de Jesus quem o convida.

tornaria amigo e parceiro intelectual. Mas a estância do recém-doutor na capital paulista seria curta, seguindo sem demora para Brasília, onde ensinou História do Pensamento Social Contemporâneo em duas instituições universitárias: o Centro Universitário de Brasília e a Universidade de Brasília (UnB). O encaminhamento para a docência era mais do que esperado, dada as habilidades manifestas desde os tempos da Teologia.

Também sua estada na capital do país seria breve. Por esta época, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em associação com a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), havia decidido criar uma instituição de estudo, pesquisa, formação e assessoria para difundir a Doutrina Social da Igreja e formar dirigentes cristãos, tendo como paradigma o centro social jesuíta parisiense *Action Populaire* e como modelo continental o chileno Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales (Ilades). Fundado oficialmente em 14 de março de 1969, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades) foi confiado desde o seu nascedouro à Companhia de Jesus, mais precisamente ao Centro de Investigação e Ação Social (CIAS) João XXIII, do Rio de Janeiro, para onde padre Andrés marchou naqueles meses depois, de maneira a se incorporar ao CIAS João XXIII e ao Ibrades.

Instituído pela Província BRC três anos antes, o CIAS João XXIII também não escondia sua linhagem. Num prospecto do período, ele é descrito como um dos numerosos CIAS da América Latina, tais como o Centro Bellarmino (Santiago, Chile), o Centro Pedro Fabro (Montevideu, Uruguai) e o Centro Gumilla (Caracas, Venezuela), tendo como análogos os centros sociais europeus da Companhia de Jesus, a exemplo da já referida *Action Populaire*, do Center of Concern (Washington, Estados Unidos), do Centro Studi Sociali (Milão, Itália) e do Institut für Gesellschaftspolitik (Munique, Alemanha). Sua finalidade consistia em “servir à Igreja” através de “estudos sobre as estruturas e a conjuntura da sociedade, à luz da doutrina cristã, (...) [e] serviços de assessoria a organismos pastorais e movimentos de inspiração cristã”<sup>10</sup>.

Já o Ibrades foi concebido como a faceta abertamente desenvolvimentista desta atuação. Sintomaticamente, a responsabilidade de elaborar seu projeto de criação foi entregue a Pierre Bigo, jesuíta francês que, após ter sido assessor e diretor

---

<sup>10</sup> **Centro João XXIII**. Rio de Janeiro, [1972], p. 1. Fundo Manuel Andrés Mato. Casa da Memória Popular do Centro de Estudos e Ação Social (Campo-CEAS), Salvador, Brasil. Para a origem e articulação dos centros sociais jesuítas, ver COSTA, 2016a.

de Action Populaire (1953-1960), havia se radicado na América do Sul, onde teve participação decisiva na fundação tanto do Ilades, do qual foi o primeiro diretor (1965-1970), quanto do seu congênere colombiano, o Instituto de Doctrina y Estudios Sociales (Ides), igualmente dirigido por ele (1968-1970). Nos três casos (Ilades, Ibrades e Ides), as conferências episcopais (chilena, brasileira e colombiana, respectivamente), tão logo formalizada a constituição legal dos mesmos, transferiram sua direção administrativa e acadêmica para os CIAS jesuíticos nacionais correspondentes (Centro Bellarmino, CIAS João XXIII e CIAS Colômbia). Como consta no projeto ibradesiano:

Ante a rapidez dos processos de mudança social e impulsividade das novas gerações ávidas de novas estruturas mas carentes de orientação, uma tarefa urgente no Brasil é elaborar uma concepção global do desenvolvimento (...). Instituto de caráter interdisciplinar não limitado, portanto, a este ou aquele setor particular da filosofia, teologia ou ciência social, [o Ibrades] tem por objetivo elaborar, ensinar e difundir uma doutrina global do desenvolvimento brasileiro numa perspectiva cristã, a fim de inspirar, estimular e assessorar uma ação social eficaz”<sup>11</sup>

De maneira a montar sua equipe inicial, a Companhia de Jesus recrutou um grupo de “sacerdotes especializados”, a saber:

- Pierre Bigo, doutor em Direito pela École de Sciences Politiques de Paris, professor do Instituto Católico de Paris;
- Fernando Bastos de Ávila, doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Louvain (Bélgica), professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio);
- Henrique Cláudio de Lima Vaz, doutor em Teologia pela PUG, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
- Pedro Belisário Velloso Rebello, bacharel em Engenharia pela PUC-Rio, ex-reitor da PUC-Rio;
- Nelson de Araújo Queiroz, bacharel em Ciências Sociais pela PUC-Rio, secretário nacional de ação social da CNBB;

---

<sup>11</sup> **Projeto do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades)**. Brasil, julho de 1968, p. 1-2. Fundo Manuel Andrés Mato. Campo-CEAS, Salvador, Brasil.

- Andrés Mato, doutor em Filosofia pela PUG, “especialista em marxismo”<sup>12</sup>.

Foi, portanto, na condição de “especialista em marxismo” que padre Andrés passou a atuar no Ibrades e, com isso, interferir na formação de centenas de agentes de pastoral (sacerdotes, religiosos e leigos). Sem dúvida, a condição de órgão anexo da CNBB conferia à instituição um grande poder de penetração e capilaridade nas estruturas eclesiais do país inteiro. Particularmente famosos eram seus cursos sobre realidade brasileira e desenvolvimento, que podiam ser Breves, com duração de um dia (*micro*), dois a três dias (*mini*) ou catorze ou quinze dias (*midí*), ou Longos, de março a dezembro (*máxi*), o chamado *Curso Anual sobre Realidade Nacional*.

Subvencionado desde os seus primórdios pela Adveniat, uma organização do episcopado alemão voltada para o financiamento da luta contra a pobreza e as injustiças sociais na América Latina, o Ibrades reforçou seu corpo docente com um staff qualificado. Em 1970, por exemplo, quem ministrou o curso “Aspectos sociológicos do desenvolvimento” foi o filósofo e advogado Cândido Mendes de Almeida, ex-assessor da presidência da República (1961), futuro membro da Academia Brasileira de Letras/ABL (1989), então professor da PUC-Rio. Por sua vez, outro futuro imortal da ABL (2005), o sociólogo e cientista político Hélio Jaguaribe, um intelectual nacionalista que havia sido membro ativo do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), razão pela qual tivera de se exilar entre 1964 e 1969, lecionava a disciplina “Desenvolvimento Político”. Já a matéria “Sistema Cultural” ficou a cargo do também professor da PUC-Rio Luiz Costa Lima, então doutorando da Universidade de São Paulo (USP), e que haveria de se tornar um dos principais teóricos da literatura do país<sup>13</sup>.

Além dos jesuítas acima mencionados, vale a pena acrescentar o nome do professor de “Sistema Político”, o padre Paulo Gaspar de Menezes, doutor em Ciência Política por Paris, diretor da Licenciatura do Ibrades chileno e grande conhecedor do pensamento de Hegel, tendo sido o tradutor para o português, dentre outras obras do filósofo alemão, d’*A Fenomenologia do Espírito*. Quanto ao padre Andrés, cabia-

---

<sup>12</sup> **Projeto do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades). Brasil**, julho de 1968, p. 3. Fundo Manuel Andrés Mato. Campo-CEAS, Salvador, Brasil.

<sup>13</sup> **Ibrades-1970**. Fundo Manuel Andrés Mato. Campo-CEAS, Salvador, Brasil. Além destes, foram professores do Ibrades os historiadores Américo Jacobina Lacombe e Manuel Maurício, os sociólogos Pedro Demo e Elisa Reis, a economista Liana Aureliano, a educadora Vanilda Paiva e o jornalista Zuenir Ventura, entre outros.

lhe a disciplina "Ideologias e Sociedade". E seria ela quem lhe traria o primeiro de seus muitos dissabores com o regime autoritário. De fato, não demorou muito para que o Ibrades entrasse no radar dos órgãos de vigilância e repressão da ditadura. Como não reparar numa instituição que proporcionava uma formação sólida, continuada e crítica a dezenas de militantes de organizações católicas como a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC), a Associação Católica Operária (ACO) e o Movimento de Educação de Base (MEB)?

A primeira invasão ocorreu na manhã de 28 de setembro de 1970<sup>14</sup>. O relógio marcava 8:30 quando um grupo de 15 homens adentrou a sede do Ibrades, na rua Bambina, em Botafogo, em busca de dois alunos: o padre Manoel de Jesus (que havia sido assistente regional da JOC no Ceará, Maranhão e Piauí e depois assistente nacional do movimento) e a leiga Maria Irony Bezerra (também dirigente jocista, inicialmente no Nordeste, depois nacional, que estava grávida de seis meses). Depois de dominar os pontos estratégicos do edifício (portaria, secretaria, cabines telefônicas etc.), os agentes dirigiram-se à sala de conferência, localizada no terceiro andar, onde padre Andrés ministrava sua preleção sobre "Correntes ideológicas contemporâneas", interrompendo a aula e efetuando as duas prisões. O autor do referido Relatório anota: "Ressalte-se a presença de espírito de Pe. Andrés Mato, que lidera a classe com uma postura de tranquilidade, continuando sua exposição sobre a teoria marxista" (*Relatório dos Acontecimentos*, 1970, p. 1).

De maneira coordenada, no mesmo momento ocorria uma outra ação policial na residência paroquial da Igreja de Nossa Senhora de la Salette, no Catumbi, com a detenção de mais três pessoas: os padres Mário Prigol (vigário-coadjutor da paróquia, coordenador da ACO na Arquidiocese do Rio de Janeiro e aluno do Ibrades) e Agostinho Preto (assistente latino-americano da JOC) e o seminarista Divanir Canali. Em ambas operações, nenhuma comunicação oficial foi prestada acerca da identidade das autoridades responsáveis, do motivo das prisões ou do paradeiro dos prisioneiros. Foi necessária uma intensa mobilização de leigos e sacerdotes e a intervenção da CNBB para a obtenção, dias depois, da informação de que as capturas

---

<sup>14</sup> Para o relato dos episódios ocorridos em 1970, seguimos de perto um documento do próprio Ibrades, de autoria não revelada, que narra de maneira minuciosa "os acontecimentos que envolveram o Ibrades em sindicâncias militares". Cf. **Relatório dos Acontecimentos. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades)**. Fundo Manuel Andrés Mato. Campo-CEAS, Salvador, Brasil. Informações adicionais foram obtidas na imprensa da época e na historiografia do período.

havia sido realizadas pelo Destacamento de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) da Guanabara e que os detentos se encontravam "incomunicáveis" na sede da Polícia do Exército.

Uma comissão formada pelos diretores, professores e alunos do Ibrades ainda estava se articulando no sentido de definir a linha de conduta mais adequada quando se deu a segunda invasão do Ibrades num espaço de dez dias. Em torno das dez horas da manhã de 7 de outubro de 1970, cerca de três dezenas de policiais desembarcaram de veículos descaracterizados e repetiram o ritual anterior, dessa vez com maior agressividade. Ocupadas todas as dependências e cercadas as saídas, os professores, monitores e alunos presentes foram inicialmente levados para o refeitório, no segundo andar.

Conforme chegavam à sede do Ibrades, mais pessoas iam sendo detidas (alunos atrasados, vendedores ambulantes e até um médico que tinha ido buscar um padre para ministrar extrema-unção a um seu paciente desenganado...), a ponto do grupo aprisionado chegar a 60 pessoas, entre alunos (padres, religiosos e leigos), funcionários (secretárias, bibliotecárias, serventes, cozinheiros, religiosas), professores (padres e leigos) e jesuítas moradores, já que no mesmo prédio funcionava a Cúria da BRC. Entre os cativos, o próprio Provincial da BRC, padre Pedro Belisário Velloso Rebello, e o reitor da PUC-Rio, padre Ormino Viveiros de Castro.

Distribuídos em três grupos (no refeitório do segundo andar, na biblioteca e nas salas de aula do terceiro andar), foram todos fichados, com fotografia numerada de frente e de perfil e impressão digital. Ao contrário da investida precedente, porém, dessa vez todos os andares do prédio foram meticulosamente vasculhados, incluindo as habitações dos jesuítas, situadas no quarto andar. Atenção especial mereceram os quartos dos padres Velloso, Bastos de Ávila, Andrés e Isebie, provavelmente por serem professores do Ibrades e não apenas moradores da residência. Suas bibliotecas e escrivaninhas foram praticamente esvaziadas, com pilhas de livros, apostilas e documentos recolhidos. Nem mesmo os aposentos do então diretor do Ibrades, o padre Bastos de Ávila, foram poupados: "No meu quarto, pegaram uma mala vazia e a encheram com escritos de minhas gavetas, inclusive o texto da conferência que eu ia proferir na Escola Superior de Guerra (ESG)" (ÁVILA, 2005, p. 293).

Nesse ínterim, informado sobre o que ocorria, o secretário geral (e futuro

presidente) da CNBB, dom Aloísio Lorscheider, dirigiu-se ao local com o intuito de apurar os fatos, no que foi igualmente retido, apesar de ter se identificado e alertado ao comandante que tinha uma audiência marcada às 17 horas daquele mesmo dia com ninguém menos que o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. "Requeru permissão para ausentar-se, foi-lhe negada. Pediu, então, se comunicasse ao Sr. Ministro da Justiça sua impossibilidade de comparecimento. Ao que tudo indica, nem este favor lhe foi prestado" (*Relatório dos Acontecimentos*, 1970, p. 3).

Os padres reagiram. Viveiros de Castro externou sua indignação no dia seguinte através de uma nota em que reprovava com veemência o fato de que "pessoas de responsabilidade e insuspeitas possamos ficar seis horas à mercê de um indivíduo que não teve a hombridade de declinar o nome e demonstrou total incapacidade de racionar"<sup>15</sup>. De acordo com o nosso narrador anônimo, o magnífico reitor exigiu a ordem de prisão por escrito contra ele, tendo recebido como resposta "um nervoso empurrão, ao mesmo tempo em que se afirmou 'tratar de diligência em célula comunista'..." (*Relatório dos Acontecimentos*, 1970, p. 3). Por seu turno, Bastos de Ávila protestou com o comandante do ataque dizendo que aquilo não era "uma sindicância, mas uma molecagem" (apud SERBIN, 2001, p. 191).

Mais tarde, o coronel encarregado revelaria o motivo da operação: o Serviço Nacional de Informações (SNI) havia descoberto que "o Ibrades mantém contatos com a União Soviética; lá nós encontramos o *Pravda*" (ÁVILA, 2005, p. 293). É o próprio Bastos de Ávila quem explica: "Um dos nossos colegas, o Pe. Andrés, era suposto entender russo. Recebíamos o *Pravda* não por agentes comunistas secretos, mas pelo correio. Era importante para nós saber como para lá da Cortina de Ferro eram analisadas as turbulências que abalavam o mundo" (ibidem). No quarto do padre Andrés, efetivamente, além de apostilas e material didático, foram encontrados uma série de livros escritos em russo e diversos exemplares do órgão oficial do Partido Comunista da União Soviética. Protestos e melindres à parte, a interpretação mais apropriada do que efetivamente se passava vem do próprio padre Andrés, que declarou, no calor da hora, que "o caso Ibrades está ligado a toda uma ofensiva contra a Igreja, que é a única instituição que ainda pode pronunciar-se ao nível dos

---

<sup>15</sup> **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, vol. 30, fasc. 120, dez. 1970, p. 980.

direitos humanos”<sup>16</sup>.

Como desfecho da ocorrência, por volta das três horas da tarde, dois alunos leigos, Ademar Bertucci e Maria Ignez de Serapião, ambos membros da Regional Leste I da CNBB e assessores de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), foram separados dos demais e introduzidos em viaturas. O mesmo ocorreu com três jesuítas (padre Andrés e os irmãos Frias e Machado), que já encontravam em veículos policiais quando, supõe-se, chegou “uma contra-ordem (...) [e eles foram] imediatamente retirados” (*Relatório dos Acontecimentos*, 1970, p. 4).

Além das sete prisões efetuadas (três padres e quatro leigos/as, uma das quais grávida, lembremos), os demais envolvidos foram submetidos nas semanas subsequentes a extenuantes interrogatórios na sede do DOI-CODI, no quartel da rua Barão de Mesquita. O de padre Andrés, por exemplo, durou mais de 30 horas, durante as quais foi inquerido especialmente acerca do conteúdo das apostilas apreendidas em seu quarto e que serviam de base para as aulas ministradas. Sobre isso, inclusive, foi produzido um documento de defesa, sem autoria explícita, apontando a “maneira correta de leitura” das mesmas:

Na análise crítica dos textos anexos, é indispensável denunciar a existência de um CÍRCULO VICIOSO: - as apostilas são subversivas porque foram encontradas nesta Instituição (IBRADES); - e a Instituição é subversiva porque possui estas apostilas. (...) Muitas outras Instituições, inclusive, por exemplo, a Escola Superior de Guerra, possui documentação muito mais rica em matéria de subversão. (...). O sentido do curso “Correntes do Pensamento Moderno” somente resulta compreensível no conjunto dos cursos. As apostilas referentes a marxismo (...) são instrumentos de trabalho acadêmico, incompreensíveis fora de uma técnica global de estudo que implica: explicação do tema pelo professor; leitura da apostila em particular; crítica do tema em grupos. É POR ISSO QUE: na maioria das apostilas consta expressamente: “PARA ANÁLISE CRÍTICA DOS ALUNOS”. (...) A apostila sobre MARGINALIDADE (...): 1) tem como OBJETIVO esclarecer os alunos sobre UMA das interpretações da “luta de classes” marxista nas áreas subdesenvolvidas; ao lado de OUTRAS interpretações não marxistas do mesmo fenômeno social, como a de DUVERGER; 2) a sua COMPILAÇÃO pelo professor tinha que respeitar as visões PARCIAIS, a conceituação POUCO CIENTÍFICA e mesmo o estilo PANFLETÁRIO dos autores originais que seguem tal interpretação e assim a servem a grupos de extrema radicalização; 3) ela nunca poderia veicular “CATEQUIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

<sup>16</sup> *Veja*, São Paulo, n. 110, 14 de outubro de 1970, p. 26. Anos depois, padre Andrés recordaria que a Polícia Federal lhe interrogou “sobre as apostilas e o material do curso” (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1979, p. 22).

SUBLIMINAR" (...) porque subliminaridade e estilo "panfletário revolucionarista" se excluem mútua e essencialmente<sup>17</sup>

Encerrada essa fase, em 15 de março de 1972 foi instaurado um Inquérito Policial Militar (IPM) pelo Comando do 1º Exército para apurar as supostas atividades subversivas da JOC e do Ibrades<sup>18</sup>. A defesa de padre Andrés não parece ter convencido seus acusadores, posto que ele continuou sendo retratado nos autos nos seguintes termos:

O indiciado de nacionalidade espanhola, possuidor de inteligência viva e privilegiada, oratória escorreita, e estudiosíssimo, "expert" em assunto de dialética marxista-leninista, se acoberta sob a cátedra de ideologias contemporâneas, para pregar o comunismo russo e combater com toda a virilidade o capitalismo e o Regime e as instituições vigentes no país<sup>19</sup>

O Ibrades, por sua vez, é entendido como um centro de "aliciação de jovens imaturos, inclusive oriundos dos mais conceituados estabelecimentos de ensino católicos", em cujas publicações, sempre em "linguagem é sibilina", não se encontram "análises conscientes e isentas das realizações dos Governos Revolucionários", muito pelo contrário, "a Revolução 1964 é encarada mais como um Golpe Militar do que como uma conquista redentora ante o caos que imperava neste país"<sup>20</sup>.

De qualquer maneira, ao fim do processo, as autoridades militares decidiram pela inconveniência da aplicação de sanções, dada a ausência de provas de que o Ibrades seria "o centro propagador da Subversão no Brasil", ainda que se alertasse para o fato de que, "em face do enfoque distorcido com que analisa os objetivos reais da Revolução que se implantou neste país em 64, pode vir a constituir-se (...), caso não sejam introduzidas correções em seu rumo e aspirações<sup>21</sup>. O próprio parecer da Consultoria Jurídica recomendou o arquivamento do IPM:

As verdadeiras finalidades [do JOC e do Ibrades] não apresentam, como é óbvio, conteúdo subversivo, pois se não se entendesse assim, seríamos forçados a considerar a própria Igreja como um foco de subversão (...). Evidentemente, e não se pode deixar de reconhecer, profundas transformações se operaram no seio da Igreja Católica, e

<sup>17</sup> Para uma "leitura" correta das apostilas. Fundo Manuel Andrés Mato. Campo-CEAS, Salvador, Brasil. Maiúsculas e sublinhados no original.

<sup>18</sup> Processo MJ 52.437/72. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Brasil.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> Ibidem.

<sup>21</sup> Ibidem.

não poucos foram os católicos que, desvirtuando os ensinamentos da doutrina cristã, enveredaram-se pelos caminhos tortuosos do comunismo ateu, em busca de um diálogo que jamais poderá coexistir entre doutrinas antagônicas (...). Considerando a repercussão, interna e internacional, negativa que adviria da adoção de sanções puramente administrativas, com a consequente exploração de suposta perseguição aos religiosos; e que o SNI já deve estar inteirado de todas as atividades das mencionadas organizações e, por conseguinte, mantendo-as sob severa vigilância (...), [conclui-se que] as entidades por si só não representam violações à lei, suas atividades orientadas pelos seus dirigentes é que, eventualmente, podem atentar contra as instituições<sup>22</sup>

O curioso é que, mesmo sem saber, padre Andrés já era objeto de um outro IPM. Aberto em março de 1969, ou seja, apenas um ano e meio após sua volta ao Brasil, e de caráter sigiloso, visava expulsá-lo do país sob a alegação de “subversão e doutrinação de teorias contrárias à filosofia do governo brasileiro”, agravado pelo fato de ser estrangeiro. Isto é, ele seria culpado por “doutrinar e conscientizar” inúmeros jovens “que não possuíam cultura suficiente nem vivência para escoimar as ideias marxistas expressadas pelo mesmo”<sup>23</sup>.

Este episódio, aliás, é uma excelente ilustração da dimensão irracional do sistema repressivo brasileiro. No decorrer da tramitação deste outro inquérito, padre Andrés chegou a ser confundido com outro Manuel Andrés, preso no município paulista de São Caetano do Sul por receptação de carros roubados. Em comum entre ambos apenas o nome e a nacionalidade. Mas seu homônimo infrator tinha nascido dez anos antes, era proprietário de um ferro velho e ...casado. É certo que foi bastante comum o abandono do celibato (até mesmo o matrimônio) de muitos padres e religiosos nos anos posteriores ao encerramento do Concílio Vaticano II, mas é difícil imaginar o antigo professor de filosofia, russo falante e especialista em materialismo histórico e dialético, comprando peças de carros roubados na Grande São Paulo!

Dez anos depois de iniciado, este segundo IPM também foi arquivado. Mas padre Andrés não ficou nem um pouco parado ao longo desse tempo...

---

<sup>22</sup> **Parecer CJ nº 155/72**, de Ronaldo Rebello de Brito Poletti, Brasília, 30 de janeiro de 1973. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Brasil.

<sup>23</sup> **Processo MJ 9.659/69**. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Brasil.

### 3. Primeiros escritos

A estreia editorial de padre Andrés em páginas brasileiras se deu nos *Cadernos do CEAS*, uma publicação do CIAS de Salvador, na Bahia. Fundado em 1967, no ano seguinte ao centro social carioca, o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) tinha um perfil menos acadêmico, privilegiando a assessoria direta a grupos populares rurais e urbanos, o que não o impedia de promover seu próprio curso de realidade brasileira e publicar bimestralmente uma revista de análise social bastante conceituada nos meios eclesiásticos e de esquerda do país. Num curtíssimo prazo, o destino do jesuíta salmantino estaria umbilicalmente ligado ao CEAS, como veremos a seguir, mas, por ora, a colaboração se limitou ao campo teórico.

Este primeiro artigo, despretensiosamente intitulado “Notas para uma releitura do artigo de Nell-Breuning em contexto latino-americano”, tratava-se, obviamente, de uma crítica ao texto de Osvald von Nell-Breuning, o mesmo com o qual padre Andrés tivera um encontro rápido em Madri. Nele, o jesuíta alemão apontava a influência da teoria marxista no pensamento social católico, afirmando que “tentamos mover-nos para uma terceira solução, isto é, para a plena equiparação de capital e do trabalho, os quais, em conjunto, confiam a direção a um terceiro, o ‘empreendedor’” (NELL-BREUNING, 1970, p. 3)<sup>24</sup>. Cumpre esclarecer que tal menção a uma “terceira via” não era nada casual no pensamento de Nell-Breuning, o qual ficara célebre nos meios católicos por ter sido o principal redator da encíclica *Quadragesimo Anno*, lançada pelo papa Pio XI em 1931, e que defendia o corporativismo como uma alternativa desejável tanto ao sistema liberal capitalista quanto ao totalitário comunista, ambos reprováveis por conta de seu materialismo (um individualista, outro coletivista).

Em sua releitura, padre Andrés e a equipe editorial dos *Cadernos do CEAS*, após reconhecer que o pensamento de Karl Marx estava cada vez mais presente e vivo no Brasil, sobretudo entre os intelectuais, sentem necessidade de esclarecer a natureza desta “terceira posição”, evitando o risco de uma visão abstrata e pouco operacional. Quer dizer, ao evitar as “duas calçadas” (os extremos ideológicos), o risco seria cair no meio da rua, “impedindo o trânsito”, numa expressão da época. Assim, a posição católica era *terceira* não no sentido de “situar-se *entre* a sociedade

---

<sup>24</sup> O referido artigo de Nell-Breuning foi publicado originalmente na edição de dezembro de 1967 da revista jesuíta alemã **Stimmen der Zeit**.

capitalista e a socialista, nem no de colocar-se *acima* delas. A posição do cristão é 'terceira' apenas em relação ao princípio radical que a inspira – a presença de Cristo como norma viva e definitiva" (ANDRÉS MATO; EQUIPE Editorial, 1970, p. 14, grifos no original).

Quando publicou esse texto, em junho de 1970, padre Andrés talvez desconfiasse, mas, certamente, não tinha certeza de que já se encontrava sob a mira do Sistema Nacional de Informação (SNI), visto que os episódios no Ibrades só iriam ocorrer meses depois e o processo de expulsão contra ele corria em segredo. Doravante, seus escritos irão recorrer cada vez mais à "linguagem da fresta", para utilizar a expressão cunhada por Gilberto Vasconcelos (1977) acerca dos artifícios empregados pelos artistas brasileiros para driblar a censura do período ditatorial.

É possível verificar essa estratégia na publicação seguinte de padre Andrés, o livro didático *Brasil, processo e integração* organizado em parceria com Gabriel Galache e publicado pelas Edições Loyola em 1972. Como dissemos anteriormente, os dois jesuítas se tornaram amigos, mas não apenas pelo fato de partilharem Salamanca como torrão natal. Seis anos mais novo, Gabriel Galache também havia feito seus estudos na PUG de Roma, tendo se especializado igualmente em marxismo (o que, por sinal, lhe valeu uma viagem de um mês a Moscou como prêmio). No Brasil desde o final de 1957, foi assistente da JOC e da JEC em Brasília e Goiânia antes de se fixar em São Paulo e iniciar a carreira na Loyola, da qual seria diretor por três décadas (1969-1999).

Gabriel Galache teve um papel fundamental na transformação da modesta gráfica paulista em editora de expressão nacional, demonstrando um grande talento empresarial (aspecto no qual os dois patrícios eram completamente antagônicos). Antes mesmo de geri-la, emplacou alguns *best sellers* na área da Doutrina Social da Igreja, como o livro *Síntese de Doutrina Social*, publicado originalmente em 1963 e que atingiu a marca de 30 edições, ou *Uma escola social*, de autoria de dois jesuítas espanhóis, Dionísio Aranzadi e Carlos Giner de Grado, cuja tradução e adaptação brasileira, feita por ele, assim que lançada, em 1962, foi muito lida pelas organizações da Ação Católica, cursos colegiais, Escolas Normais e Faculdades de Filosofia e Sociologia, razão pela qual quebrou a barreira das 40 edições.

Todavia, o estratagema mais eficiente de crescimento consistiu em explorar o

filão de livros didáticos aberto pela obrigatoriedade da disciplina Moral e Cívica em todos os níveis do ensino brasileiro: Educação Moral e Cívica nos cursos de 1º e 2º graus (primário, ginásial, colegial e científico) e Estudos dos Problemas Brasileiros na Universidade. No início da década de 1970, a coleção de livros didáticos da Loyola já respondia por uma parcela considerável deste mercado, com verdadeiros campeões de venda, a exemplo de alguns títulos de sua própria autoria, como *Construindo o Brasil* (de 1970, direcionado para a 3ª e 4ª séries ginásiais e o 1º e 2º anos do curso científico), escrito em colaboração com Maria Teresa Pimentel e F. Zanuy, que alcançou mais de 20 edições, ou *O Brasil cresce* (de 1973, para a 6ª e 7ª séries do 1º grau), outra parceria com Maria Teresa Pimentel, que chegou a 25 edições.

É inquestionável a base religiosa católica conferida à Educação Moral e Cívica no período ditatorial, com o protagonismo do clero tanto no ensino quanto na elaboração do material didático. Sem dúvida, “as finalidades da educação moral e cívica representavam uma sólida fusão do pensamento reacionário, do catolicismo conservador e da doutrina de segurança nacional” (CUNHA; GÓES, 2002, p. 74). Não por acaso, os integrantes do Conselho Federal de Educação (CFE) e da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), responsáveis por analisar, aprovar e selecionar as obras a serem adotadas na rede pública de ensino, eram nomeados diretamente pelo general-presidente da República. A primeira turma da CNMC, por exemplo, era composta por dois oficiais militares (um general e um almirante), cinco civis de perfil conservador e o padre jesuíta Francisco Leme Lopes, professor da PUC-Rio, grande amigo do líder político de direita Carlos Lacerda e autor do livro *Estudos de Problemas Brasileiros* (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Renes, 1970).

A propósito, a Companhia de Jesus gozava de um prestígio considerável nestas instâncias decisórias. Além dos livros já mencionados dos padres Gabriel Galache e Francisco Leme Lopes, outro sucesso editorial da época foi a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, obra coletiva coordenada pelo nosso já conhecido padre Bastos de Ávila. Editada pela Fundação Nacional de Material Escolar (Fename) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), tanto a primeira (1967) quanto a segunda (1972) edições logo se esgotaram, levando a sucessivas reimpressões e a uma terceira tiragem em 1978. De qualquer maneira, em que pese a grande afinidade entre a cúpula do regime autoritário e segmentos influentes da hierarquia católica, não é

correto supor que sintonia tenha sido total, “devido a divergências sobre questões explicitamente políticas, em especial depois do AI-5, quando se deu a gradativa reorientação da Igreja Católica no sentido da defesa dos direitos humanos” (CUNHA, 2007, p, 301).

Mas, o que nos ensina o livro *Brasil, processo e integração* dos padres Andrés e Galache? Quais as concepções morais e cívicas transmitidas? Teriam os seus autores se valido do recurso da linguagem da fresta? Antes de mais nada, há que ressaltar que se trata de uma obra coletiva, organizada a partir da colaboração de diversos autores (como Alfredo Bosi, Délio Moreira, Fernando Bastos de Ávila e Vanilda Paiva), ainda que cada contribuição individual não seja especificada. Aprovado na sessão de junho de 1972 da CNMC, foi mais um caso de êxito comercial, como atestam suas mais de 30 edições.

Vale a pena nos determos nas considerações preliminares de seus organizadores. Logo na orelha do livro, os dois jesuítas advertem que, “como o Conselho Federal da Educação sugere na motivação dos referidos programas, os autores não se contentaram em proporcionar os dados da realidade brasileira, senão que elaboraram os mesmos e forneceram a sua interpretação, ajudando, assim, a reflexão e a formação do espírito crítico do aluno”. Tal dimensão crítica é reforçada na Apresentação, quando se expõe a metodologia aplicada:

Os Temas de Debate, no fim de cada capítulo, são a conclusão que nós não poderíamos – democraticamente – adiantar. Ela pertence ao tempo, com a colaboração, refletida e atuada, dos leitores. Se conseguirmos interessar os jovens pelos problemas brasileiros e, através da reflexão sobre as causas e efeitos dos mesmos, eles aceitarem o desafio de contribuir com a construção de um Brasil maior, mais humano e mais justo, sentir-nos-emos muito felizes (ANDRÉS MATO; GALACHE, 1972, p. 10)

É bom recordar que o conteúdo da obra precisava estar adequado ao programa estabelecido pelo CFE, exigência que os organizadores superaram dispondo os temas do livro em outra ordem e apresentando uma tabela na qual expunham a correspondência entre os referidos assuntos e os capítulos da obra. Com relação à base religiosa católica da Educação Moral e Cívica, entretanto, não pretenderam em momento algum se esquivar, muito pelo contrário. O paradigma da Doutrina Social da Igreja é explicitado desde o primeiro capítulo, com reiteradas

citações às principais encíclicas dos papas João XXIII (*Mater et Magistra*, de 1961) e Paulo VI (*Populorum Progressio*, de 1967, e *Octogesima Adveniens*, de 1971), de modo a ratificar que “o primeiro e fundamental princípio de uma concepção democrática e cristã da sociedade estabelece a dignidade da pessoa humana” e que “é impossível o desenvolvimento integral do homem sem o desenvolvimento social da humanidade” (ANDRÉS MATO; GALACHE, 1972, p. 15). Nada mais condizente com a perspectiva que havia presidido a criação da tríade (Ilades, Ibrades e Ides) latino-americana dos institutos jesuíticos desenvolvimentistas.

E como os jesuítas contornaram o melindroso tema do regime político ditatorial brasileiro? Inicialmente, postularam que “a Revolução de março de 1964, por sua parte, vem introduzindo soluções que, de algum modo, deverão *manter e renovar profundamente* os processos em crise e que se poderiam esquematizar em um dos *modelos alternativos*” (idem, p. 20, itálicos no original). Após o que construíram uma matriz de processos (econômico, social, político e econômico) da realidade brasileira, na qual, para cada polo de integração/tensão trazido pelo chamado “modelo inicial” (isto é, aquele vivenciado pelo país ente 1930 e 1963), se abrem sempre dois horizontes alternativos, como que a corroborar o caráter aberto e em construção do processo histórico brasileiro. No aspecto da concentração econômica, por exemplo, a disjuntiva se dá entre o “gradativo crescimento econômico industrial” (alternativa A) e a “profunda reforma agrária e a abertura do mercado interno” (alternativa B); na questão da marginalização social, entre a “grande marginalização social” e a “crescente integração social da massa popular”; no tópico da marginalização política, entre a “forte repressão política” e a “difusa participação popular”, e por aí vai. Logo na sequência desta “matriz de alternativas”, os autores esclarecem que

o processo social de desenvolvimento mais condizente com a vocação democrática e com os sentimentos humanitários e cristãos do nosso povo será aquele que mais respeite a liberdade política (...), o desenvolvimento que integre melhor o circuito de produção e distribuição de bens materiais e culturais; que distribua melhor as funções sociais; e que permita maior participação no poder (ANDRÉS MATO; GALACHE, 1972, p. 22)

Nos “Temas para reflexão ou debate” correlato, o item 6 sugere que os alunos identifiquem na realidade brasileira os “aspectos de um ou outro dos modelos

teóricos apresentados” (ibidem). Por outro lado, na Segunda Parte da obra, dedicada ao Processo Social, outro ponto embaraçoso, a desigualdade entre as classes, é compreendida no plano econômico, enquanto diferenciação “na *distribuição da renda* entre os diversos grupos sociais”, à qual se vinculam, outrossim, “desigualdades nas oportunidades *sociais* (prestígio e ocupação) e *políticas* (participação nos mecanismos de criação e administração do poder)” (idem, p. 106-107, itálicos no original). Ainda nesta seção, um curto capítulo sobre Direitos Humanos adverte que “tolerar a violação dos direitos humanos, quer da parte das autoridades quer da parte dos particulares, é tanto como renunciar à própria condição humana” (idem, p. 181).

Os capítulos referentes ao Processo Político (Terceira Parte) se encontram seguramente entre os mais desafiadores do ponto de vista da linguagem da fresta. Naquele que trata do “Regime político no Brasil”, afirma-se que as ideologias dos partidos políticos surgidos por conta do AI-2, de 1965, “não se definem mais do que por uma atitude de apoio ou oposição ao Governo Revolucionário. Em lugar de elaborar uma doutrina e oferecê-la, como orientação, a governantes saídos do seu seio, a Arena [Aliança Renovadora Nacional] recebe essa doutrina – ou melhor, uma *práxis* governativa – já elaborada pelos homens do Executivo” (idem, p. 226). O das “Tensões ideológicas no processo brasileiro” aborda desta maneira o golpe de 1964: “A falta de programas concretos e viáveis do ponto de vista econômico e social (...) originou uma instabilidade política que alarmou principalmente a classe média e alta. A denúncia de um iminente socialismo comunista deu a base ideológica para a aliança destas classes com as forças mantenedoras da ordem” (idem, p. 234). Já naquele sobre “Ideologias Políticas e Doutrina de Segurança Nacional”, assevera que nem a ditadura das armas nem a do dinheiro “são admissíveis no quadro de uma concepção cristã da sociedade” (idem, p. 241).

Por fim, na discussão acerca da Reforma Agrária efetuada na seção atinente ao Processo Econômico, após a exposição de uma série de dados quantitativos e análises teóricas de orientações ideológicas tão variadas como a do historiador marxista Caio Prado Júnior (que havia acabado de cumprir uma pena de 21 meses de prisão por “incitação subversiva”) e a do economista liberal Antônio Delfim Neto (então ministro da Fazenda do governo ditatorial de Emílio Garrastazu Médici), os

jesuítas suscitam um instigante questionamento:

Achamos, porém, que é mais positivo perguntar-se, a esta altura da reflexão, pelas forças capazes de decidir a tão ambicionada e urgente reforma. Qual o papel que corresponderia no processo reformista aos Poderes Públicos, às Forças Armadas, à Indústria, à Igreja, às forças de pressão interna e externa, aos próprios agricultores? (ANDRÉS MATO; GALACHE, 1972, p. 310)

A pergunta só poderia ser respondida na prática. E padre Andrés faria parte da resposta.

#### **4. Assessoria popular e tradução**

Os eventos ocorridos no Ibrades no segundo semestre de 1970 convenceram aos Superiores da Província BRC que a permanência de padre Andrés no Rio de Janeiro havia se tornado insustentável, daí porque acharam mais prudente transferi-lo para a Bahia. Foi assim que ele se incorporou, em maio de 1971, ao CEAS, o outro importante CIAS fundado pela Companhia de Jesus no Brasil.

O espectro de sua atuação, porém, não reduziu. É verdade que a atividade docente se tornou bem mais discreta, restringindo-se a cursos esparsos no Instituto Superior de Pastoral Catequética (ISPAC) e no Instituto de Teologia da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Mas foi a assessoria popular que marcou esta nova e duradoura fase de sua vida. Inicialmente vinculado à chamada *Equipeduca*, cuja finalidade residia no “assessoramento sócio-educativo-pastoral, visando um esclarecimento e um trabalho crítico que favoreça a participação popular efetiva”<sup>25</sup>, a partir de 1975 integrou a Equipe Rural, no seio da qual manteria uma presença solidária junto aos camponeses e trabalhadores rurais de vários Estados do Nordeste.

Depois de um período contribuindo na formação de agentes de pastoral através de cursos ministrados no próprio CEAS, ele terminou fixando sua atuação nas áreas rurais de Alagoas, Maranhão, Paraíba e Pernambuco, além das regiões Sul, Sudoeste e Norte da Bahia. Com o passar do tempo, foi delimitando o raio geográfico de suas ações à Zona da Mata alagoana. Nos 40 anos seguintes, percorreu continuamente os extensos canaviais da zona rural dos municípios de Branquinha, Murici e Joaquim Gomes (com direito a incursões esporádicas às periferias de

---

<sup>25</sup> *Equipeduca*. Salvador, [1974]. Fundo Manuel Andrés Mato. Campo-CEAS, Salvador, Brasil

Maceió), participando de reuniões, acompanhando procissões, realizando missões populares. Padre Andrés não separava sua atuação como assessor ou missionário popular: ao assessor cabia ser solidário; ao padre, abençoar a luta. Seu estilo de vida era bastante peculiar, como testemunha um companheiro jesuíta:

Sua vida exterior era extremamente simplificada: quando partia para Alagoas, levava uma mochila com algumas peças íntimas, duas camisas e mais uma calça, além dos objetos de higiene pessoal e algum livro sobre que devia dar uma opinião. Esse estilo despojado passava pelo seu quarto, onde nem um armário havia, e pela sua vida em geral. Morei com ele por três anos e quase não o vi usando um sapato: para toda parte ia com uma sandálias velhas e meio deformadas. Possuía, porém, um terno surrado para alguma cerimônia mais formal ou para quando ia à Espanha (ALMEIDA, 2013)

Para além das Alagoas, padre Andrés exerceu um papel relevante no apostolado social da Companhia de Jesus nos âmbitos brasileiro e latino-americano a partir de sua participação num grupo denominado Pastoral Popular (PaPo). Formando por cerca de 60 jesuítas de todos os recantos do país, o PaPo foi um legítimo representante da vitalidade do Cristianismo de Libertação nas décadas de 1970 e 1980, quer pelo apoio às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e movimentos sociais em geral, quer pela adesão resoluta às iniciativas progressistas de resistência à ditadura, fossem elas vinculadas ou não à Igreja Católica (cf. COSTA, 2011). Outra contribuição significativa como assessor foi a fundação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma das mais importantes entidades da Igreja Católica brasileira (cf. COSTA, 2016b). O depoimento é de primeira mão, já que procede de outro jesuíta envolvido neste processo, o padre italiano Cláudio Perani, seu companheiro de CEAS:

A partir de 1972, os *Cadernos do CEAS*, que sempre tiveram como tema central o Nordeste, abriram espaço ao interesse pela Amazônia. (...) Por sua presença na articulação pastoral e por seu conhecimento da Amazônia, o CEAS foi convidado para coordenar e assessorar o encontro que estava sendo pensado e preparado para decidir a orientação da Igreja na questão dos conflitos do campo. (...) [A Assembleia de junho de 1975 em Goiânia] foi certamente um acontecimento extraordinário, sobretudo pela realidade violenta que apareceu e pelo desejo suscitado de comprometimento mais concreto com a luta dos posseiros. Foi também uma assembleia que inovou na orientação pastoral da Igreja. A decisão de estruturar uma Comissão Pastoral da Terra deu rumo novo à pastoral rural e influenciou muitas outras pastorais, particularmente as CEBs (PERANI, 2002, p. 47-50)

Foi também nesse momento que teve início sua elaboração literária mais fecunda, estimulada pelos debates semanais no Conselho Editorial dos *Cadernos do CEAS*, com o qual havia colaborado um ano antes e do qual faria parte durante os próximos anos. Mais que o teórico das teses doutorais ou o experto da linguagem da fresta, no entanto, o que aflorou foi o tradutor. As décadas de 1970 e 1980 ficaram marcadas pelo seu esforço em tornar as análises sociais e políticas acessíveis aos grupos populares, o que o levou a ensaiar uma série de “traduções”. Na primeira delas, em janeiro de 1977, escreveu “A vida é uma luta”, artigo seminal na inflexão do periódico baiano para uma orientação mais propositiva, não apenas descrevendo e interpretando a realidade brasileira, mas também acompanhando a luta dos brasileiros por direitos humanos, liberdades democráticas e melhores condições de vida, tendo em vista a participação das classes populares na construção de uma sociedade mais justa. “Essa é a verdadeira luta pela paz. Luta em defesa dos direitos fundamentais. Ficar parado não é ‘fazer a paz’” (ANDRÉS MATO, 1977, p. 30).

Por ocasião da Terceira Conferência Episcopal Latino-Americana, realizada na cidade mexicana de Puebla, em 1979, padre Andrés arregaçou as mangas e fez não apenas uma, mas duas adaptações. Na primeira, em nova parceria com a Equipe Editorial da revista, condensou o próprio texto das Conclusões da Conferência, numa linguagem “simplificada para utilização por classes populares” (ANDRÉS MATO; EQUIPE Editorial, 1979, p. 50). Meses depois, elaborou outra versão, através da qual ofereceu “alguns pontos para aprofundar criticamente a imagem e o sentido que os documentos de Puebla apresentam do povo. Destina-se, sobretudo, aos agentes de pastoral social em setores populares, preocupados com a necessidade de uma análise sempre mais objetiva da realidade” (ANDRÉS MATO, 1979, p. 55). Um ano mais tarde sairia o artigo “Livro do Êxodo no Brasil”, que discorre sobre a dramática questão migratória “em linguagem simples, preparado para encontros de camponeses” (ANDRÉS MATO, 1980, p. 19).

Em 1981, o lançamento de *Laborem Exercens*, a encíclica do papa João Paulo II sobre o Trabalho, motivaria mais “um texto sintetizado e popularizado”, no qual padre Andrés chama a atenção para o fato de que “a Igreja está comprometida nesta causa [do trabalhador] para ser assim a verdadeira ‘Igreja dos pobres’, e como prova da sua

fidelidade" (ANDRÉS MATO, 1981, p. 54; 58). Publicado naquele mesmo ano pelo sociólogo José de Souza Martins, o livro *Os camponeses e a política no Brasil* também mereceu uma condensação popular. A frase inicial não deixa margem a dúvidas sobre seu caráter provocativo: "Os movimentos e lutas populares, sobretudo no campo, caminham mais depressa do que os partidos políticos, tanto os legais como os não-reconhecidos pelo Governo" (ANDRÉS MATO, 1982, p. 70). E, mesmo no seu último escrito, um texto curto de três páginas, um simples prefácio à tradução brasileira do *Marx* de Peter Singer, o tradutor deu mostras que continuava afiado. Depois de reconhecer o principal mérito da edição prefaciada – apresentar a obra de Marx numa linguagem clara e na concisão didática de poucas dezenas de páginas –, padre Andrés menciona a contrapartida de tais vantagens:

Cada parágrafo, nos conceitos (sobretudo de origem hegeliana), deverá suscitar em nós o permanente movimento dialético de ulterior procura que é a vida e o pensar. Também porque esses conceitos chegam, na edição brasileira, baldeados linguisticamente: alemão > inglês > português. A fenomenologia do "Espírito", de Hegel e Marx, torna-se, para o polêmico Peter Singer, fenomenologia da "Mente", e para outros e outras pode desembocar em fenomenologia do Sujeito, ou da Pessoa, ou da Consciência, ou da Autoconsciência. O mesmo vale para os pares alienação-realização, senhor-escravo etc., que, longe de exprimir situações, resultados estáticos, são contrapontos do vaivém conflitivo, do abre e fecha da sanfona, perpassando e levando adiante as tensões em que consiste a história social (ANDRÉS MATO, 2003, p. 8)

Indubitavelmente, o cuidado para com a linguagem foi uma das mais profundas contribuições deixadas por padre Andrés. E não apenas nos textos, mas em sua própria vida. Com efeito, como dizia seu amigo jesuíta e historiador Michel de Certeau, "a linguagem se introduz no fazer como fragmento de uma prática" (DE CERTEAU, 1975, p. 55)<sup>26</sup>.

Por conta desta prática, a sombra da repressão novamente alcançou-o, mesmo em terras ensolaradas. Em setembro de 1979, padre Andrés desembarcava no aeroporto de Salvador na volta de um Encontro dos Jesuítas sobre Trabalho, Fé e Justiça, realizado no Peru, quando foi informado da existência de um processo de expulsão movido pela Polícia Federal (aquele mesmo, já mencionado, de dez anos

---

<sup>26</sup> Em meados de 1974, De Certeau veio ao Brasil para orientar seminários sobre religião popular no Nordeste, tendo circulado por Recife, João Pessoa e Salvador. Na capital baiano, ele se hospedou na residência dos jesuítas do CEAS (cf. COSTA, 2011, p. 330-331).

atrás), ficando retido por algumas horas. A rápida interferência do cardeal arcebispo primaz de Salvador, dom Avelar Brandão Vilela, foi providencial. Recorrendo a seus contatos nos altos escalões do governo federal, conseguiu junto ao ministro da Justiça, Petrônio Portela, o arquivamento do processo.

Uma vez liberado, porém, o jesuíta espanhol concedeu à imprensa uma entrevista coletiva (qualificada de “inoportuna” pelo cardeal) para declarar seu espanto diante do acontecido, já que se considerava “um soldado raso do CEAS”. Fez questão de esclarecer que, em seu trabalho em Salinas das Margaridas, na Baía de Todos os Santos, onde era pároco de uma comunidade de pescadores, não criticava diretamente o governo, mas admitiu usar “a linguagem do povo” e que apenas pregava a nova interpretação da Igreja sobre fé e justiça, “porque é muito difícil se falar em fé quando não há justiça”. E concluiu, para bom entendedor (de português): “Quem passar dois ou três dias com o povo sabe logo de que lado o povo está”<sup>27</sup>.

Um “homem de fronteira”, assim foi do início ao fim Manuel Andrés Mato, como bem ressaltou o Geral da Companhia de Jesus, Peter-Hans Kolvenbach, quando do seu jubileu de ouro de vida religiosa, em 1999:

Quis registrar, caríssimo P. Andrés, um pouco de seus dados biográficos, os quais, de certa maneira, revelam um homem de “fronteira”, visto que sua atividade apostólica se reveste do amor preferencial pelos pobres, opção da Igreja e da Companhia – como de diversos modos se têm manifestado nossas últimas Congregações Gerais –, unido a uma vida pessoal de austeridade e sobriedade (apud ALMEIDA, 2013, p. 5)

Padre Andrés faleceu em 25 de dezembro de 2012, aos 79 anos, vítima de câncer, na Casa de Saúde da Comunidade São Luís Gonzaga, em Fortaleza.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Geraldo Antônio Coelho de. Padre Manuel Andrés Mato, SJ. **Notícias da Província**, Salvador, ano 9, n. 155, jan.-fev. 2013.

ANDRÉS MATO, Manuel. **La concepción del hombre en el actual materialismo dialéctico soviético. Miscelánea Comillas, Santander**, v. 26, n. 50, p. 187-291, 1968.

\_\_\_\_\_. **El hombre en Karl Marx y en el actual materialismo dialéctico**. Tese

<sup>27</sup> *A Tarde*, Salvador, 29 de setembro de 1979, p. 3. Para maiores detalhes sobre essa tentativa de expulsão, cf. CARVALHO NETO, 2016, p. 279-282.

apresentada à Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Gregoriana. Madri, 1969.

\_\_\_\_\_. A vida é uma luta. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 47, jan.-fev. 1977, p. 15-30.

\_\_\_\_\_. O "Povo" dos bispos e o povo real. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 64, nov.-dez. 1979, p. 55-59.

\_\_\_\_\_. Livro do Êxodo no Brasil. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 65, jan.-fev. 1980, p. 19-25.

\_\_\_\_\_. Carta do Papa João Paulo sobre o trabalho. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 76, nov.-dez. 1981, p. 50-53.

\_\_\_\_\_. Os camponeses e a política no Brasil (condensação popular do livro de José de Souza Martins). **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 82, nov.-dez. 1982, p. 70-76.

\_\_\_\_\_. Prefácio à Edição Brasileira. In: SINGER, Peter, **Marx**. São Paulo: Loyola, 2003, p. 7-9.

\_\_\_\_\_; EQUIPE Editorial. Notas para uma releitura do artigo de Nell-Breuning em contexto latino-americano. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 7, jun. 1970, p. 12-18.

\_\_\_\_\_; EQUIPE Editorial. Documento de Puebla. A Igreja está mais do lado dos pobres (documento). **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 62, jul.-ago. 1979, p. 50-64.

\_\_\_\_\_; GALACHE, Gabriel. **Brasil, processo e integração**. Estudos de Problemas Brasileiros. São Paulo: Loyola, 1972.

ÁVILA, Fernando Bastos de. **A alma de um padre**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração; Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005.

CARVALHO NETO, Joviniano Soares de. A atuação do CEAS durante a ditadura militar (1969-1984). **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 241, mai.-ago. 2016, p. 268-300.

COMBLIN, José. **O povo de Deus**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2002.

CONSELHO Episcopal Latino-Americano (Celam). **A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio**. Conclusões de Medellín. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1969.

COSTA, Iraneidson Santos. Os Confessores de Marx: a Companhia de Jesus e o Marxismo (1937-1982). **Revista de História**, São Paulo, n. 162, 2010, p. 335-368.

\_\_\_\_\_. **Que papo é esse?** Igreja católica, movimentos populares e política no Brasil (1974-1985). Feira de Santana: UEFS, 2011.

\_\_\_\_\_. Amar e servir no Sul da América: origem e articulação dos centros sociais jesuítas. **Caderno CRH**, Salvador, vol. 29, número especial 3, 2016a, p. 171-186.

\_\_\_\_\_. Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980). **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, ano XIV, vol. 14, n. 249, 2016b, p. 3-26.

CUNHA, Luiz Antônio. Sintonia oscilante: religião, moral e civismo no Brasil (1931-1997). **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, vol. 37, n. 131, mai.-ago. 2007, p. 285-302.

\_\_\_\_\_; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DE CERTEAU, Michel. Cultura popular e religiosidade popular. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 40, nov.dez. 1975, p. 52-59.

NELL-BREUNING, Oswald von. Igreja Católica e crítica marxiana do capitalismo. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 7, jun. 1970, p. 1-11.

PERANI, Cláudio. O início da Comissão Pastoral da Terra: colaboração do Centro de Estudos e Ação Social. In: POLETTO, Ivo; CANUTO, Antônio (org.). **Nas pegadas do povo da terra: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra**. Goiânia: CPT; São Paulo: Loyola, 2002, p. 47-52.

PEREÑA, Juan Carlos Hernández. *Increíble Manuel. Inacreditável Manoel. A lo Vejedo*, 2015. Disponível em: <<http://almengrana.blogspot.com.br/2015/12/increible-manuel-inacreditavel-manoel-1.html>>. Acesso em: 28 de março de 2016.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VASCONCELOS, Gilberto. **Música popular: de olho na fresta**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

WETTER, Gustav Andreas. **El materialismo dialectico**. 5. ed. Madri: Tauris, 1963.